

ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº 30 - 20 de maio de 2008

veja as
edições
anteriores

Debate sobre Sistema S permanece nas páginas de economia e no eixo RJ-SP

A discussão sobre a proposta do Ministério da Educação de mudar, por meio de um Projeto de Lei, os critérios de repasse de verbas a entidades do Sistema S e para a oferta de cursos profissionalizantes ainda está bastante concentrada nos cadernos e jornais de economia. Os veículos que estão debatendo e repercutindo a polêmica são *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Valor Econômico*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta Mercantil*, todos do eixo Rio-São Paulo.

Os textos publicados no final de março apresentaram os argumentos da proposta do governo federal. *O Globo* disse que o ministro “quer mudar a forma como o dinheiro repassado ao setor é distribuído” e vê problemas no Sistema S, como a “ausência de critérios para atendimento, falta de gratuidade, elitização do público-alvo e oferta de matrículas em cursos de curta duração com pouco impacto na vida profissional dos trabalhadores”. Já a *Folha de S. Paulo* falou em “disciplinar a aplicação de R\$ 4,8 bilhões anuais hoje geridos livremente pelas confederações empresariais” e indução de “oferta de cursos profissionalizantes gratuitos para estudantes oriundos de escolas públicas”. Já *O Estado de S. Paulo* abordou a crítica do MEC à distribuição regionalizada dos recursos do Sistema S e reproduziu a garantia do governo federal de “não se apropriar do dinheiro do Sistema S”.

Vale notar, entretanto, que apenas o *Jornal do Brasil*, em 8 de abril, e a *Folha de S. Paulo*, em 17 de maio, apresentaram opiniões de fora do governo federal favoráveis à proposta de mudança. O veículo carioca trouxe a apreciação das centrais sindicais, chamadas pelos Ministérios da Educação e do Trabalho a opinar sobre o Projeto de Lei. Já o paulista, repercutiu as opiniões dos participantes de um debate realizado na sede do jornal. Em todos os outros casos, os entrevistados e os artigos de opinião publicados criticaram fortemente a proposta do governo. Quem opinou foram empresários e representantes das entidades do Sistema S.

É preciso, então, perguntar: o que pensam estudiosos da área de educação? E os alunos, estão satisfeitos? Há pontos positivos nos argumentos apresentados pelo governo federal? Se sim, quais são?

Entretanto, para além da diversificação das fontes, os veículos de comunicação ainda precisam se debruçar sobre temas ainda não esclarecidos. Primeiro, a proposta do governo federal está voltada ao ensino profissionalizante, mas o Sistema S também possui escolas de ensino fundamental, médio e de educação de jovens e adultos em todo o País e, em muitas delas, também há cobrança de mensalidades. Esse atendimento sofrerá mudanças?

Outra questão que ainda aparece de maneira confusa: a natureza dos recursos do Sistema S, já que seu recolhimento é feito pelas empresas de maneira compulsória. Cláudio Haddad, presidente do Ibmecc São Paulo, foi a única voz crítica sobre a falta

de transparência na aplicação dos recursos do Sistema S. Suas declarações foram feitas no debate promovido pela *Folha*, já citado.

Abram Szajman, presidente dos Conselhos Regionais do Sesc e do Senac, disse em artigo no mesmo jornal, em 8 de abril, que Sesc e Senac foram criados com recursos próprios dos empresários. *Jornal do Brasil*, em 20 de abril, explica que esses recursos são oriundos das contribuições mensais das empresas recolhidas sobre a folha de pagamento do trabalhador. O ministro tem argumentado que o recurso é arrecadado de toda a sociedade e, portanto, os cursos oferecidos deveriam ser gratuitos.

IDESP

Os jornais e TVs paulistas deram amplo destaque ao lançamento do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo, batizado de IDESP. Assim como o IDEB, dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação do governo federal, estipula metas de melhoria do fluxo e aprovação escolar para os estados e municípios, o índice paulista serve para determinar metas individuais para as escolas.

A abordagem das matérias privilegiou a divulgação das atuais notas atribuídas à rede estadual de São Paulo, entretanto, é muito importante verificar como tal iniciativa estará relacionada com o PDE, e qual o sentido do desenvolvimento de um índice próprio que, inclusive, impossibilitará a comparação com os demais estados. São Paulo foi o último estado do País a se comprometer com as metas do PDE.

Além disso, as reportagens citam que tal índice servirá de base para a concessão de bônus aos servidores. Quais serão exatamente as regras? Documentos anteriores da Secretaria Estadual de Educação privilegiavam a assiduidade do professor como o principal critério para a concessão de bônus.

além da pauta

Pesquisadoras de educação profissional

Carmen Sylvia Vidigal Moraes (professora da Faculdade de Educação da USP) - moraescs@usp.br

Silvia Manfredi (autora do livro *Educação Profissional no Brasil* - Cortez Editora), que faz uma radiografia das propostas contemporâneas de educação profissional no Brasil, feitas por sindicatos, empresários, organizações populares e pelo Estado. silmanf@hotmail.com

Boletim quinzenal produzido pelo Observatório da Educação
Contato: fone (11) 3151-2333, ramais 175 e 130
Equipe: [Mariângela Graciano](#) (coordenação) e [Marina Gonzalez](#) (redação)

